

Reajuste de 64% vai ser mantido, diz Benevides

O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), confirmou que vai manter o aumento de 64,45 por cento dado aos parlamentares, que agora ganham Cr\$ 2,58 milhões por mês: "O índice foi uma média obtida a partir da Medida Provisória 296", explicou o senador. Benevides evitou polêmizar com o presidente da Força Sindical, Luís Antônio de Medeiros, que pretende pedir à Justiça a anulação do aumento, aprovado na semana passada pela direção do Congresso. O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) está em Washington (EUA).

Benevides argumentou que os aumentos dados aos funcionários do Poder Executivo pelo projeto de lei aprovado pelo Congresso chegaram em alguns casos a superar os cem por cento — como ocorreu com os diplomatas e DAS (servidores de nível superior). Benevides não soube explicar, no entanto, como foi obtido o índice de 64,45 por cento. Ele disse que o cálculo foi feito pela Câmara. "O aumento concedido aos servidores do Poder Legislativo representou a concessão de aumento linear nos moldes do estabelecido pelo Poder Executivo, que incidiu sobre as tabelas já reajustadas com base na Medida Provisória 296", tentou esclarecer o senador.

Medeiros criticou principalmente a imoralidade do aumento dos parlamentares, já que deputados e senadores têm prerrogativa constitucional para reajustar seus próprios vencimentos. Enquanto isso, atacou o sindicalista, o salário mínimo é o mesmo desde o início do ano. Benevides contraataca, dizendo que ele de-

fende o aumento do salário mínimo e da política salarial. "Se o Congresso não aprovou isso, ainda, a responsabilidade não é do Senado", afirmou o senador.

Embora com o receio de se antagonizar com os deputados, o senador explicou que cabe à Câmara iniciar a tramitação desses projetos. Mas prometeu: "Como presidente do Senado, garanto que em 48 horas os projetos originários da Câmara tratando sobre salários serão votados em plenário".

O argumento de que os 64 por cento que os congressistas deram a seus salários fere a isonomia salarial assegurada pela Constituição será o trunfo usado pela Força Sindical na Justiça.

Segundo Benevides — O Congresso apóia a isonomia para todos os servidores. "A isonomia está na Constituição para ser cumprida. Por isso apoiamos qualquer proposição do Executivo elevando os salários dos servidores civis e militares", explicou. Benevides disse que se for preciso, os parlamentares poderão receber a assessoria jurídica da Casa para manter o aumento de 64 por cento.

O presidente do Congresso lembrou ainda que o Legislativo cumpriu sua promessa; votando em apenas nove dias o último projeto de lei de reajuste dos servidores públicos, enviado pelo Governo. Em tom bem-humorado, o senador disse ainda que o presidente da Força Sindical, antes de tomar qualquer medida contra os salários dos deputados federais e senadores, deveria tentar controlar o salário dos deputados estaduais, que são mais altos.